

# NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0005-40 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

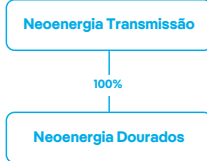
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

#### 1. A NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.  
Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Pte. Ltd.

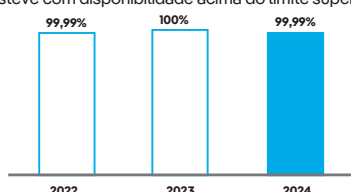
#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



#### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 - Imbrussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrussu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Vinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Vinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 - Dourados, com extensão de aproximadamente 48,2 km, com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados.  
Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,99% (100% em 2023 e 99,9% em 2022). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.  
Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

#### 3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	2	230kV	137	21/07/2020	11/08/2047	
LT Rio Brilhante - Campo Grande 2	1	230kV	149	01/05/2021	11/08/2047	
LT Campo Grande 2 - Imbrussu	2	230kV	57,3	01/05/2021	11/08/2047	
LT Nova Porto Primavera - Vinhema 2	2	230kV	64	27/12/2020	11/08/2047	
LT Rio Brilhante Dourados 2	1	230kV	122	03/08/2021	11/08/2047	
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48,2	22/08/2022	11/08/2047	

#### 3.2. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Dourados 02	230/138kV	2 x 150	03/08/2021	11/08/2047

#### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2023 é de R\$ 92.744 mil (R\$ 92.115 mil para o ciclo 2023/2024) corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção	
LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante						
LT Rio Brilhante - Campo Grande 2						
LT Campo Grande 2 - Imbrussu						
LT Nova Porto Primavera - Vinhema 2	100%	92.744	2028	Junho	IPCA	
LT Rio Brilhante Dourados 2						
LT 230 KV Dourados 2 - Dourados						
SE Dourados 02						

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

#### 5.1. Resultado Econômico-Financeiro

	DRE (R\$ mil)		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	118.103	90.590	27.513	30%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>118.103</b>	<b>90.590</b>	<b>27.513</b>	<b>30%</b>
Custos de construção	-	-	-	0%
Custo de operação	(6.686)	(6.360)	(2.326)	37%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	1.296	(1.748)	3.044	-174%
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(7.390)</b>	<b>(8.108)</b>	<b>718</b>	<b>-9%</b>
PECLD	174	(310)	484	-156%
<b>EBITDA</b>	<b>110.887</b>	<b>82.172</b>	<b>28.715</b>	<b>35%</b>
Depreciação	(285)	(402)	117	-29%
Resultado Financeiro	(37.975)	(35.183)	(2.792)	8%
IR/CS	(25.373)	(22.782)	(2.591)	99%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>47.254</b>	<b>33.805</b>	<b>13.449</b>	<b>40%</b>

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 118.103mil, +30% vs. 2023 e -R\$ 7.309 mil, -9% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual, assim como aumento da remuneração do ativo contratual.  
Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 110.887 mil, aumento de 35%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 37.975 mil em 2024 (+8% vs. 2023), devido principalmente pelo aumento de encargos de dívida.  
Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 47.254 mil, aumento de 40% em relação ao ano anterior.

#### 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

##### 6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 515.121 mil (dívida líquida R\$ 473.569 mil), não apresentando aumento em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$ 515.306 mil (dívida líquida R\$ 456.122 mil).  
Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 5,02% da dívida bruta contabilizada no curto prazo e 94,98% no longo prazo.

#### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Dourados, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Dourados e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Dourados.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Dourados sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>118.103</b>	<b>90.590</b>
<b>Custos</b>		<b>(8.848)</b>	<b>(6.608)</b>
Custos de operação	4	(8.848)	(6.608)
<b>Lucro bruto</b>		<b>109.255</b>	<b>83.982</b>
Perdas de crédito esperadas	8.1	174	(310)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	1.173	(1.902)
<b>Lucro operacional</b>		<b>110.602</b>	<b>81.770</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5</b>	<b>(37.975)</b>	<b>(35.183)</b>
Receitas financeiras		6.980	7.328
Despesas financeiras		(45.106)	(43.182)
Outros resultados financeiros, líquidos		151	671
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>72.627</b>	<b>46.587</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>6.11</b>	<b>(25.373)</b>	<b>(12.782)</b>
Corrente		(464)	-
Diferido		(24.909)	(12.782)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>47.254</b>	<b>33.805</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>47.254</b>	<b>33.805</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>47.254</b>	<b>33.805</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>168.000</b>	<b>13.685</b>	<b>132.600</b>	<b>59.479</b>	-	<b>373.764</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.254	47.254
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Remuneração aos acionistas (nota 13.2)	-	-	-	(9.332)	(44.891)	(54.223)
Constituição de reservas de lucro (nota 13.2)	-	2.363	-	-	(2.363)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>168.000</b>	<b>16.048</b>	<b>132.600</b>	<b>50.147</b>	-	<b>366.795</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>168.000</b>	<b>11.994</b>	<b>168.790</b>	<b>38.641</b>	-	<b>387.425</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.805	33.805
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Remuneração aos acionistas (nota 13.2)	-	-	(36.190)	-	(11.276)	(47.466)
Constituição de reservas de lucro (nota 13.2)	-	1.691	-	20.838	(22.529)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>168.000</b>	<b>13.685</b>	<b>132.600</b>	<b>59.479</b>	-	<b>373.764</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão: Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Rio Brilhante, com extensão de aproximadamente 137 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Rio Brilhante; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Campo Grande 2, com extensão de aproximadamente 149 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Campo Grande 2; Linha de Transmissão Campo Grande 2 - Imbrussu, com extensão de aproximadamente 57,3 km, com origem na Subestação Campo Grande 2 e término na Subestação Imbrussu; Linha de Transmissão Nova Porto Primavera - Vinhema 2, com extensão de aproximadamente 64 km, com origem na Subestação Nova Porto Primavera e término na Subestação Vinhema 2; Linha de Transmissão Rio Brilhante - Dourados 2, com extensão aproximada de 122 km, com origem na Subestação Rio Brilhante e término na Subestação Dourados 2; Linha de Transmissão Dourados 2 - Dourados, com extensão de aproximadamente 48,2 km, com origem na Subestação Dourados 2 e término na Subestação Dourados. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2023 é de R\$ 92.744,37 (2023/2024 é de R\$ 92.116) corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/07/2017. 1.1. **Gestão de risco financeiro e operacional:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte os principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas/subsidiárias da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desdobramentos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de hedge, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. (a) **Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, T.L.P., T.L.P. SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dividida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de preço de commodities: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. Commodities metálicas: variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. (b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em seus respectivos notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos (veja nota 11). (c) **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia se dá às disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional'	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BNDES	AAA	AAA	-

1.1.2. **Gestão de demais riscos associados: (a) Casos fortuitos e de força maior:** Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidade de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais. A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras. A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. (b) **Inadimplência Extraordinária:** A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses. Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência estatal e afetando a receita dos concessionários de transmissão. A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura. (c) **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Risco operacional - subestações e usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	10.467
Terrorismo	31/05/	

# NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 27.847.973/0005-40 | Companhia Fechada | Companhia pertencente à Neoenergia Transmissão S.A.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras

## b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (IC02a), Permissões (IC02b), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (IC02a), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de Instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente tornará as sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	114.938	113.764
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	2.851	2.274
Receita de operação e manutenção	12.149	11.526
Ganho (perda) na RAP <sup>(1)</sup>	1.858	(26.349)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>131.796</b>	<b>101.215</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(13.693)	(10.625)
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>118.103</b>	<b>90.590</b>

(1) A variação refere-se principalmente à atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

### 3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
<b>Tributos gerais</b>		
PIS e COFINS - correntes	(9.322)	(9.006)
PIS e COFINS - diferidos	(3.043)	(357)
<b>(12.385)</b>	<b>(9.363)</b>	

### Encargos setoriais

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(963)	(871)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	(345)	(391)
<b>(1.308)</b>	<b>(1.262)</b>	
<b>(13.693)</b>	<b>(10.625)</b>	

### Total

**3.2. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: 1. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos. 2. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11% a.a.

## 4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
<b>Outras receitas (despesas) gerais e administrativas</b>		
<b>Custos de operação</b>		
Pessoal e benefícios a empregados	(8)	(8)
Serviços de terceiros	(8.393)	(849)
Depreciação e amortização	(162)	(123)
Provisão para processos judiciais	-	2.675
Impostos, taxas e contribuições	(21)	(66)
Outras receitas e despesas, líquidas	(264)	(485)
<b>Total</b>	<b>(8.848)</b>	<b>1.173</b>
<b>(6.848)</b>	<b>(7.675)</b>	
<b>2023</b>		
<b>Outras receitas (despesas) gerais e administrativas</b>		
<b>Custos de operação</b>		
Pessoal e benefícios a empregados	(1.202)	(1.109)
Serviços de terceiros	(4.739)	(1.536)
Depreciação e amortização	(248)	(154)
Provisão para processos judiciais	-	(494)
Impostos, taxas e contribuições	(65)	(42)
Outras receitas e despesas, líquidas	(354)	1.433
<b>Total</b>	<b>(6.608)</b>	<b>(1.902)</b>

## 5. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
<b>Receita financeira</b>		
Renda de aplicações financeiras	6.932	6.936
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(349)	(391)
Atualização de depósitos judiciais	388	15
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	9	669
Outras receitas financeiras	-	92
<b>6.980</b>	<b>7.328</b>	
<b>Despesa financeira</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(42.650)	(40.329)
Encargos sobre mútuo	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.335)	(2.717)
IOF	(30)	(34)
Outras despesas financeiras	(91)	(103)
<b>(45.106)</b>	<b>(43.187)</b>	
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(10)	(10)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	161	681
<b>151</b>	<b>671</b>	
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(37.975)</b>	<b>(35.183)</b>

## 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

**6.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são reconhecidos pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro

real do exercício. **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>72.627</b>	<b>46.587</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(24.693)</b>	<b>(15.840)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	-	1.690
Outras adições (reversões) permanentes	(680)	1.368
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(25.373)</b>	<b>(12.782)</b>

	2024	2023
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>35%</b>	<b>27%</b>
Corrente	(464)	-
Diferido	(24.909)	(12.782)

### 6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2024	2023
<b>Diferenças temporárias</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa	26.574	25.250
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(190.626)	(163.045)
Outros	2.927	1.479
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(161.225)</b>	<b>(136.316)</b>
Passivo não circulante	161.225	136.316

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(136.316)</b>	<b>(123.534)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(24.909)	(12.782)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(161.225)</b>	<b>(136.316)</b>

### 6.1.3. Tributos sobre lucro a recuperar

	2024	2023
<b>Imposto de Renda - IR</b>	<b>2.056</b>	<b>3.054</b>
<b>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL</b>	<b>11</b>	<b>670</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.067</b>	<b>3.424</b>
Circulante	1.977	3.327
Não circulante	90	97

**6.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal interno pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher**

	2024	2023
Programa de integração social - PIS <sup>(1)</sup>	18.571	18.007
Contribuição para o financiamento da segurança social - COFINS <sup>(1)</sup>	85.541	82.951
Outros	186	885
<b>Outros tributos</b>	<b>104.298</b>	<b>101.843</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	529	598
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18	8
Outros	176	111
<b>Encargos setoriais a recolher</b>	<b>105.121</b>	<b>102.549</b>
Circulante	1.028	1.769
Não circulante	103.993	100.791

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	3.002	3.363
Fundos de investimento	27.839	37.851
<b>30.841</b>	<b>41.214</b>	

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 e de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Carteira</b>		
Fundos exclusivos	27.839	37.851
Operações compromissadas	27.839	37.851

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber, brutas	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber, brutas
Concessionárias	12.929	(318)	12.611	11.472	(491)	10.981
Circulante	12.929	(318)	12.611	11.472	(491)	10.981

O aging do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Receivável	Perdas de crédito esperadas	Receivável	Perdas de crédito esperadas
A vencer	12.589	(44)	10.107	(36)
<b>Saldos vencidos:</b>				
90 dias	28	(6)	845	(169)
entre 91 e 180 dias	57	(23)	361	(145)
entre 181 e 365 dias	43	(33)	75	(57)
acima de 365 dias	212	(212)	84	(84)
<b>12.929</b>	<b>(318)</b>	<b>11.472</b>	<b>(491)</b>	

### 8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(491)</b>	<b>(181)</b>
Adições	(752)	(310)
Reversões	925	925
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(318)</b>	<b>(491)</b>

**8.2. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** As contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

## 9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>1.116.279</b>	<b>1.083.166</b>
Circulante	90.500	86.058
Não circulante	1.025.779	997.108

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>1.083.166</b>	<b>1.079.309</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(86.218)	(84.502)
Remuneração do ativo contratual	114.938	113.764
Adições e mensuração do ativo contratual	4.393	(25.405)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>1.116.279</b>	<b>1.083.166</b>

**9.1. Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de

# NEOENERGIA DOURADOS TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

**13.3. Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. c) **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **13.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação de serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas**

Ativo	2024		2023	
	Subsidiárias Controladora da Neoenergia	Subsidiárias Controladora da Neoenergia	Subsidiárias Controladora da Neoenergia	Subsidiárias Controladora da Neoenergia
Contas a receber e outros <sup>(a)</sup>	-	1.850	-	980
	-	<b>1.850</b>	-	<b>980</b>
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar <sup>(b)</sup>	-	624	-	1.468
Dividendos <sup>(c)</sup>	3.132	-	4.225	-
	<b>3.132</b>	<b>624</b>	<b>4.225</b>	<b>5.693</b>

## 14.2. Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida <sup>(a)</sup>	10.137	11.002
Custo dos serviços <sup>(b)</sup>	(5.415)	(3.286)
Despesas gerais e administrativas	-	(964)
	<b>4.722</b>	<b>6.752</b>

**14.3. Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	1.201	3.297
(a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 Anos	2048	183	2.201
(a)	Neoenergia Pernambuco	TUST	IPCA	25 Anos	2048	107	1.248
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(624)	(5.415)
(c)	Neoenergia Transmissão	Dividendos	N/A	N/A	2025	(3.132)	-

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Ações Acionistas e Administradores da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a

**14.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pela Neoenergia S.A..

## 15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	3.002	27.839	3.363	37.851
Títulos e valores mobiliários	-	10.711	-	17.970
Contas a receber de clientes e outros	12.929	-	11.472	-
Outros ativos financeiros	2.100	-	451	-
	<b>18.031</b>	<b>38.550</b>	<b>15.286</b>	<b>55.821</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	8.757	-	10.602	-
Empréstimos e financiamentos	515.121	-	515.306	-
Outros passivos financeiros	2.230	-	275	-
	<b>526.108</b>	<b>-</b>	<b>526.183</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado; VJR – Valor justo por meio do resultado.

**15.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7 – análise de sensibilidade. **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	27.839	37.851
Títulos e valores imobiliários	10.711	17.970
	<b>38.550</b>	<b>55.821</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	515.121	509.671	515.306	510.201

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de cai-

xa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **15.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no	Exposição	Cenário	Impacto	Impacto
			exercício	(Saldo/ Cenário Provável)			
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações Financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	38.550	4.684	(703)	(1.405)
<b>Passivos financeiros</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(517.255)	(43.791)	(3.916)	(7.832)

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor de Operações	Fabício Duque Estrada Meyer Chagas Diretor Financeiro
CONTADOR	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3	

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

**Deloitte.**  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Janete Im Hayashi  
Contadora  
CRC nº 1 SP 303811/O-3

